

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Lote único: Contratação de empresa especializada em telecomunicações, legalmente autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para prestação dos Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com tecnologia digital, para transmissão e recepção de voz e dados, com fornecimento de aparelhos celulares, tablets e dispositivos *simcard* em regime de comodato, conforme as especificações e condições constantes neste instrumento e seus anexos por período de 24 meses.
- 1.2. A descrição detalhada dos serviços a serem executados e das metodologias de trabalho estão especificadas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O serviço de telefonia móvel, de abrangência nacional, a ser prestado para a Portos do Paraná (APPA) é indispensável para manter uma eficiente comunicação dos empregados ocupantes de funções estratégicas da APPA, no exercício de suas atividades.
- 2.2. Possui a característica de serviço continuado, não podendo ser paralisado, sob pena de prejuízos à comunicação/tráfego de dados móveis e ao desenvolvimento das atividades-fim da APPA.
- 2.3. A adoção de smartphones tem como objetivo o atendimento à crescente demanda por serviços corporativos disponibilizados on-line, tais como: correio eletrônico institucional (e-mail), serviço de mensagem instantânea, nuvem de dados corporativa, dentre outros.
- 2.4. A necessidade de pacote de dados se dá frente uma demanda cada vez maior do uso de sistemas e ferramentas, os quais utilizam a Internet para comunicação, ficando inviável o uso de Smartphones sem que estes tenham Pacotes de dados.
- 2.5. O Estudo Técnico Preliminar (em anexo) apresenta maiores justificativas e benefícios para esta contratação.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Características Gerais

- 3.1.1. Os serviços de transmissão e recepção de voz nos terminais móveis contratados deverão contemplar mensagens SMS e ligações ilimitadas, para quaisquer operadoras, em todas as modalidades (VC1, VC2 e VC3), em todo o território nacional.
- 3.1.2. Os serviços de transmissão e recepção de voz nos terminais móveis contratados deverão permitir eventuais ligações LDI (Longa Distância Internacional) e transmissões de MMS.
- 3.1.3. Os serviços de transmissão e recepção de dados deverá permitir o acesso completo à rede mundial de computadores (INTERNET).
- 3.1.4. Os serviços deverão ser prestados em todo território nacional, principalmente no Estado do Paraná e, eventualmente, em território internacional, com o fornecimento dos aparelhos celulares smartphone e dispositivos simcards, em regime de comodato, de acordo com o item 3.10 – Especificações mínimas dos aparelhos.
- 3.1.5. A operadora CONTRATADA deverá disponibilizar a rede de dados com maior velocidade existente na respectiva cidade, incluindo 4G nas cidades que a possuam ou venham a possuir no decorrer do contrato, aumentando a velocidade automaticamente para as linhas contratadas sem custo adicional para a CONTRATANTE.
- 3.1.6. Os serviços objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma ininterrupta, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, salvaguardados os casos de interrupções programadas previamente informadas ao Fiscal do contrato e devidamente autorizadas pela ANATEL.
- 3.1.7. A CONTRATADA deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 3.1.8. A CONTRATADA deverá zelar pela perfeita execução dos serviços contratados e atender de imediato às solicitações da Contratante, corrigindo no prazo máximo de 24 horas, após notificação da fiscalização, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 3.1.9. A CONTRATADA deverá assumir a total responsabilidade por “clonagem” ou subscrição que porventura venham a ser identificadas nas linhas habilitadas, sem nenhum prejuízo para a CONTRATANTE.
- 3.1.10. Serviços adicionais até então inexistentes no momento da contratação poderão, a critério da Administração, serem aditados no presente contrato, devendo tomar como base, no máximo, o preço padrão de mercado para o serviço na respectiva operadora.
- 3.1.11. O bloqueio ou cancelamento dos terminais somente poderá ser executado por solicitação da CONTRATANTE, sendo vedado qualquer tipo de bloqueio não solicitado durante a vigência contratual e, a partir da execução da referida solicitação, cessará qualquer tipo de cobrança sobre a linha/terminal desligada.
- 3.1.12. Os aparelhos fornecidos deverão ter garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses.
- 3.1.13. No caso de renovação, a cada 24 (vinte e quatro) meses, a empresa CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados da solicitação do fiscal do contrato, a troca de todos os aparelhos por outros novos de melhor tecnologia, sem custos para a CONTRATANTE.
- 3.1.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar, logo após a assinatura do contrato, um consultor pós vendas para acompanhamento e orientações referentes às contestações de faturas e chamados técnicos, além de eventuais esclarecimentos sobre outras demandas durante a vigência do contrato.
- 3.1.15. Caso a CONTRATADA venha a disponibilizar nova tecnologia de funcionamento para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), a CONTRATANTE poderá solicitar a migração, sem ônus, para essa tecnologia, desde que os aparelhos fornecidos tenham suporte para a mesma. Caso contrário, essa nova tecnologia deverá ser fornecida para os incrementos de novos acessos e nas trocas de aparelhos previstas no presente Termo de Referência.

3.2. Serviços de voz

- 3.2.1. A operadora deverá possibilitar o bloqueio de chamadas LDN (Longa Distância Nacional) utilizando CSP (Código de Seleção de Prestadora) de outras operadoras.
- 3.2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar o serviço em que a operadora envia um SMS informando o número, a data, a hora da última chamada e quantidade de vezes que cada número ligou para o acesso no período em que estava desligado ou indisponível. Para fins

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

de identificação no âmbito deste termo de referência, denominaremos esse serviço de "TE LIGOU".

3.3. Serviços de dados (INTERNET MÓVEL)

- 3.3.1. Os pacotes de dados deverão manter a conexão independente do volume de dados trafegado, mesmo com ultrapassagem da franquia, sendo permitida redução de velocidade.
- 3.3.2. A redução de velocidade mencionada no item anterior (3.3.1) deve ser feita de modo a permitir, no mínimo, o envio e recebimento de mensagens de texto via qualquer aplicativo de mensagens (ex: WhatsApp, Messenger, Telegram).
- 3.3.3. Não será aceita cobrança para tráfego de dados excedente (acima da franquia contratada).
- 3.3.4. O serviço de transmissão de dados deverá apresentar tráfego com velocidade de transmissão nominal mínima de 1Mbps para as conexões 3G, 3G+ e 4G e de 128kbps para a conexão GPRS / EDGE.
- 3.3.5. A franquia de dados é meramente informativa, não constituindo qualquer obrigação futura à CONTRATANTE.
- 3.3.6. Havendo necessidade da CONTRATANTE, os pacotes de dados poderão ser remanejados entre as linhas, ou seja, desativados em uma linha e ativados em outra, sem qualquer custo para a CONTRATANTE, bastando para tanto a solicitação do fiscal do contrato.
- 3.3.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar o serviço do aplicativo WhatsApp ilimitado, no mínimo, para mensagens de texto para todas as linhas com pacote de dados, sem que seu uso seja debitado da franquia de dados, independente do destinatário da mensagem ser ou não do CONTRATO.
- 3.3.8. Deverá ser permitido o compartilhamento do acesso à internet via Wi-Fi (roteamento) nos smartphones, não sendo aceito o bloqueio ou limitação de tráfego de dados compartilhado.

3.4. Cobertura dos serviços

- 3.4.1. A CONTRATADA deverá possuir roaming nacional de dados sem alteração de número ou aparelho, para todas as linhas disponibilizadas.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 3.4.2. Os serviços deverão ser disponibilizados também nos países em que a CONTRATADA possuir acordos de roaming, sem alteração do número da linha, excetuando-se os países onde a tecnologia adotada impossibilite tal operação ou com os quais a operadora não possua parceria.
- 3.4.3. As tarifas decorrentes do tráfego de dados em roaming internacional deverão ser faturadas e cobradas, obrigatoriamente, pela CONTRATADA, não sendo aceitas faturas em nome de terceiros.
- 3.4.4. Caso sejam constatadas deficiências na cobertura de sinal, será expedido ofício à CONTRATADA questionando sobre os defeitos e solicitando respostas a respeito das medidas a serem tomadas, bem como do cronograma que será seguido pela CONTRATADA para sanar as falhas, incluindo a instalação de antenas internas nas edificações sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

3.5. Faturamento

- 3.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer as contas telefônicas com detalhamento de todas as tarifas cobradas (assinatura, ferramenta de gestão e pacotes de dados) e de todos os serviços (SMS, MMS e ligações) utilizados por acesso/linha, inclusive, data, hora, número de destino e duração de todas as ligações realizadas para o período faturado, para fins de gestão e fiscalização das linhas institucionais.
- 3.5.2. A CONTRATADA deverá encaminhar, junto com a fatura dos serviços, sem ônus ao CONTRATANTE, detalhamento Eletrônico de utilização dos serviços por linha, por meio de base de dados ou aplicativo próprio com base de dados exportável para formato de planilha eletrônica e “txt”.
- 3.5.3. No arquivo de detalhamento deverão constar, no mínimo, os dados abaixo, devido ao Sistema de tarifação interna da APPA:

Tabela 1: Dados para Tarifação

| |
|-----------------|
| OPERADORA |
| UF DA OPERADORA |
| Nº DE ORIGEM |
| DATA DA CHAMADA |

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| |
|--------------------|
| HORA DA CHAMADA |
| CIDADE DE ORIGEM |
| UF DE ORIGEM |
| Nº DE DESTINO |
| CIDADE DE DESTINO |
| UF DE DESTINO |
| TIPO DE CHAMADA |
| DURAÇÃO DA CHAMADA |
| VALOR DA CHAMADA |
| UNIDADE DE MEDIDA |

3.5.4. A CONTRATADA deverá fornecer, sempre que solicitado, a comprovação dos preços vigentes, em relação ao Plano de Serviços contratado.

3.5.5. As faturas deverão ser entregues, junto com o seu detalhamento, dentro do prazo exigido no item 13.1.2, de forma a possibilitar sua análise e encaminhamento adequados. O não cumprimento dessa norma sujeita a CONTRATADA a reemissão da fatura com prazo prorrogado (sem qualquer ônus ou multa para a CONTRATANTE).

3.6. DO REAJUSTE DAS TARIFAS

3.6.1. As tarifas do SMP serão reajustadas na forma e data-base estabelecidas pela ANATEL, mediante a incidência do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) ou outro índice que o substitua, observando-se sempre intervalo não inferior a 12 (doze) meses entre as datas-bases dos reajustes concedidos.

3.6.2. O reajuste somente será concedido após análise pelo setor competente e mediante motivação e comprovação, por parte da Contratada;

3.6.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada, acompanhada de memorial do cálculo, conforme for a variação de custos objeto do reajuste;

3.7. Serviços sem custo à CONTRATANTE

3.7.1. Serviços Mínimos gratuitos (incluso): habilitação de linha, caixa postal, mensagens de texto para WhatsApp, chamada em espera, conferência, identificador de chamada, desvio de chamadas (siga-me), ativação de roaming internacional, alteração entre áreas de DDD (do estado do Paraná) para os chips.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

3.8. Ferramenta de gestão

3.8.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, via WEB, ferramenta de gerenciamento das linhas contratadas, que possibilite:

3.8.1.1. Criação e alteração de grupo e perfis de usuários.

3.8.1.2. Gestão da demanda de consumo por usuário, grupo ou perfil.

3.8.1.3. Bloqueio, por linha, de chamadas (nacionais e internacionais), MMS e acesso à internet.

3.8.2. Caso o item anterior não possa ser atendido pela ferramenta de gestão, deverá ser atendido via canal de relacionamento.

3.8.3. No âmbito deste termo de referência, para fins de identificação, essa ferramenta será denominada de "FERRAMENTA DE GESTÃO".

3.9. Portabilidade

3.9.1. A manutenção dos números de telefones ativos em uso com a atual operadora (Vivo) é obrigatória, sem custo adicional para a CONTRATANTE. Esta exigência está de acordo com o Regulamento Geral de Portabilidade, aprovado pela Resolução nº 460 de 19 de março de 2007 da Anatel.

3.9.2. A CONTRATADA deverá realizar o procedimento seguindo o cronograma determinado pela Divisão de Contratos/Departamento de Aquisições e Logística da CONTRATANTE.

3.10. Fornecimento dos aparelhos e SIMCARDS

3.10.1. A CONTRATADA deverá fornecer os aparelhos NOVOS e em perfeitas condições de uso, em comodato, de acordo com as especificações mínimas constantes no item 3.10 - Especificações mínimas dos aparelhos, deste Termo de Referência.

3.10.2. Os aparelhos em comodato deverão ser fornecidos na quantidade constante na tabela 1 abaixo, para uso exclusivo da APPA.

Tabela 2 - Quantidade de Aparelhos

| TIPO DE ACESSO | QUANTIDADE | FRANQUIA DE DADOS |
|-------------------|------------|-------------------|
| SMARTPHONE tipo 1 | 20 | 40GB |

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| | | |
|-------------------|----|------|
| SMARTPHONE tipo 2 | 10 | 40GB |
| SMARTPHONE tipo 3 | 45 | 40GB |
| Tablets | 20 | 40GB |
| TOTAL | 95 | |

3.10.3. A quantidade de acessos foi definida pela CONTRATANTE para atender as necessidades da Instituição, de acordo com o perfil de cada usuário e a possível demanda interna de cada tipo de aparelho.

3.10.4. A CONTRATADA deverá apresentar, no momento da proposta, os modelos de aparelhos (smartphones tipo 1, 2, 3 e tablets) cotados na licitação, para análise e aprovação pela Administração da APPA. A apresentação dos modelos poderá ser feita através de catálogos com detalhamento das especificações.

3.10.5. Todos os aparelhos e simcards deverão ser entregues desbloqueados e habilitados no Departamento de Informática, na Sede da CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

3.10.6. Os simcards (chip) deverão ser do tipo Flex, ou seja, poderão ser configurados para funcionarem nos três tamanhos disponíveis no mercado: Mini- SIM, MicroSIM e Nano-SIM, através de adaptadores fornecidos juntos com os cartões.

3.10.7. Em caso de extravio, dano não coberto pela garantia, furto ou roubo de quaisquer dos aparelhos, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição do aparelho extraviado, furtado ou danificado irreparavelmente, por outro novo similar ou superior, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data de solicitação da APPA.

3.10.8. Nos casos de roubo, perda, furto ou danos causados por mau uso, comprovado por laudo do fabricante ou pela assistência técnica autorizada (para o último caso), a Contratante será responsável pelo reembolso do valor do aparelho, conforme constar na nota fiscal, ou pelo custo de reparo, quando for o caso.

3.11. Especificações mínimas dos aparelhos:

Tabela 3: Especificações dos Aparelhos

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| CARACTERÍSTICAS | SMARTPHONE tipo 1 | SMARTPHONE tipo 2 | SMARTPHONE tipo 3 | TABLET |
|----------------------------|--|---|--|---|
| APARELHO REFERÊNCIA | IPHONE 14 | SAMSUNG S23 | SAMSUNG A35 | SAMSUNG Tab A9 Plus |
| Sistema Operacional | IOS 16 ou superior | IOS 16, Android 14 ou superior | IOS 16, Android 14 ou superior | IOS 16, Android 14 ou superior |
| Tipo de tela | OLED ou superior | AMOLED ou superior | AMOLED ou superior | TFT LCD ou tecnologia superior |
| Tamanho de tela | 6.1 polegadas | 6.1 polegadas | 6.6 polegadas | 11 polegadas |
| Resolução de tela | 2532 x 1170 pixels | 1080 x 2340 pixels | 1081 x 2340 pixels | 1200 x 1900 pixels |
| Processador | Processador com no mínimo 6 Núcleos (hexacore) sendo ao menos 2 Núcleos de no mínimo 2.5GHz e os demais com 1.6GHz ou mais | Processador com no mínimo 8 Núcleos (octacore), sendo ao menos 2 Núcleos de no mínimo 2,7GHz e os demais de 1,9 GHz ou mais | Processador com no mínimo 8 Núcleos (octacore), sendo ao menos 4 Núcleos de no mínimo 2,4 GHz e os demais de 2,0 GHz ou mais | Processador com no mínimo 8 Núcleos (octacore), sendo ao menos 2 Núcleos de no mínimo 1,6GHz e os demais de 1,3 GHz ou mais |
| Memória RAM | 4GB ou superior | 8GB ou superior | 6GB ou superior | 4GB ou superior |
| Armazenamento Interno | 128GB ou superior | 128GB ou superior | 128GB ou superior | 64GB ou superior |
| Megapixels (Câm. Traseira) | Ao menos uma das câmeras principais com 12 MP ou superior | Ao menos uma das câmeras principais com 32 MP ou superior | Ao menos uma das câmeras principais com 8 MP ou superior | Ao menos uma das câmeras principais com 8 MP ou superior |
| Megapixels (Câm. Frontal) | 7 MP ou superior | 10 MP ou superior | 5 MP ou superior | 5 MP ou superior |
| Resolução de Vídeo | 4K (2160p) | 4K (2160p) | 4K (2160p) | Full HD |
| Wi-fi | Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac, dualband, WiFi Direct, hotspot | Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac, dualband, WiFi Direct, hotspot | Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac, dualband, WiFi Direct, hotspot | Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac, dualband, WiFi Direct, hotspot |
| Bluetooth | 5.0 ou superior | 5.0 ou superior | 5.0 ou superior | 5.0 ou superior |
| SIM | Nano-SIM | Dual SIM (Nano-SIM) | Dual SIM (Nano-SIM) | Nano-SIM |

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| | | | | |
|----------------------------------|---|---|---|---|
| 4G* | Compatível, ao menos, com as seguintes bandas LTE: 3(1800), 7(2600) e 28(700) | Compatível, ao menos, com as seguintes bandas LTE: 3(1800), 7(2600) e 28(700) | Compatível, ao menos, com as seguintes bandas LTE: 3(1800), 7(2600) e 28(700) | Compatível, ao menos, com as seguintes bandas LTE: 3(1800), 7(2600) e 28(700) |
| 3G | HSPA e HSPA+ | HSPA e HSPA+ | HSPA e HSPA+ | HSPA e HSPA+ |
| Leitor de Impressão Digital | Sim | Sim | Sim | Desejável |
| Resistência à água | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Capacidade de Bateria | 3400 mAh ou superior | 4000 mAh ou superior | 3400 mAh ou superior | 5000 mAh ou superior |
| Certificado/Homologado na Anatel | Sim | Sim | Sim | Sim |

3.12. Acordo de Nível de Serviço

3.12.1. O acordo de níveis de serviço (ANS) tem por objetivo definir os níveis de qualidade esperados para os serviços prestados, proporcionando a adequação do pagamento ao grau de qualidade efetivamente observado.

3.12.2. O eventual desconto de qualquer percentual de descumprimento do ANS, não desobriga a contratada da prestação do serviço não cumprido, nem dos demais serviços, nos prazos e condições estabelecidas.

3.12.3. A contratada deverá prover atendimento para a solução de problemas, seja definitiva ou de contorno, obedecidos os prazos e as metas determinados pela APPA. As metas a cumprir são fixadas conforme os graus de severidade das situações e prazos máximos para a solução de problemas, sendo:

Tabela 4: Metas de ANS

| | |
|------------|---|
| Meta 1 | Correção e reestabelecimento do serviço em no máximo 2 (duas) horas, na hipótese de ocorrência de interrupções totais de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, contados a partir da abertura de chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA; |
| Desconto | 0,5% (meio por cento) |
| Incidência | Por hora de atraso |

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| | |
|-----------------|--------------|
| Base de Cálculo | Valor mensal |
|-----------------|--------------|

3.12.4. Quanto a Disponibilidade dos Serviços e Critérios de Avaliação

3.12.4.1. O objeto será avaliado considerando-se a correspondência entre as especificações mínimas exigidas e o efetivamente executado, bem como o atendimento aos prazos e às demais condições previstas.

3.12.4.2. A verificação dos indicadores e a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas serão feitas por meio do acesso ao sistema de comunicação móvel disponibilizado pela contratada.

3.12.4.3. Caso a contratada não atinja a meta estabelecida, a APPA aplicará descontos sobre a fatura – de acordo com os graus de impactos previstos ou pontuação pelo descumprimento descritos a seguir:

Tabela 5: Indicador de Disponibilidade 1

| | | |
|-----------------|---|---|
| Indicador 1 | Disponibilidade média mensal deverá ser de no mínimo 99,90% (noventa e nove por cento e noventa centésimos): para cada unidade de serviço, computada em horas e minutos, e apresentado em percentual (%); | |
| Meta | 99,9% de disponibilidade dos serviços | |
| Observação | Será observado o período de apuração mensal. A título de referência, para um período de apuração de 30 dias (720 horas): a) 99,90% de disponibilidade correspondem a 719,28 horas; b) 99% correspondem a 712,8 horas; e c) 98% correspondem a 705,6 horas. | |
| Grau de Impacto | | Percentuais de Desconto por Descumprimento do ANS |
| Baixo | 99,8% a 99% | 1% (um por cento) na fatura do mês |
| Médio | 98,9% a 98% | 2% (dois por cento) na fatura do mês |
| Alto | Abaixo de 98% | 4% (quatro por cento) na fatura do mês |

3.12.4.4. A cada registro de ocorrência dos indicadores 2 e 3 será apurado sempre o somatório da pontuação decorrente das ocorrências acumuladas no período de 12 (doze) meses anteriores ao fato gerador. Esta pontuação servirá como base para que

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

a CONTRATANTE aplique as sanções administrativas descritas na tabela 11.8, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração pelo descumprimento do ANS, que será imediatamente aplicada na fatura do mês.

3.12.4.5. Uma vez atingida a pontuação que configura a aplicação da sanção, será aplicado o respectivo desconto e a contagem do período de 12 meses será reiniciada.

3.12.4.6. As ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para cada ocorrência.

3.12.4.7. A CONTRATADA terá o prazo de 05(cinco) dias corridos para contestar a efetivação do desconto, mediante manifestação formal dirigida ao fiscal do contrato.

3.12.4.8. Transcorrido este prazo sem manifestação da contratada, será confirmado o desconto no valor e condições informados pelo fiscal do contrato.

Tabela 6: Indicador de Disponibilidade 2

| Indicador 2 | Execução dos serviços dentro do prazo | |
|--------------------------------|--|-------------------------------|
| Meta: | Cumprimento dos prazos e condições de execução dos serviços, a contar da solicitação da APPA | |
| Prazo de execução dos serviços | Serviço | Pontuação pelo descumprimento |
| Em até 72h | Nova habilitação | 0,3 |
| Em até 48h | Ativação de serviços | 0,3 |
| Em até 48h | Desativação linha | 0,3 |
| Em até 24h | Desativação de serviços | 0,3 |
| Em até 06h | Bloqueio de linha | 0,3 |
| Em até 06h | Desbloqueio de linha | 0,3 |

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| | | |
|-------------------------|---------------------------------------|-----|
| Em até 03 dias úteis | Troca de número | 0,3 |
| Em até 72h | Roaming internacional | 0,3 |
| Em até 10 dias úteis | Fornecimento de chip- sim card | 0,3 |
| Em até 20 dias úteis | Fornecimento de aparelhos | 0,3 |
| Em até 10 dias úteis | Transferência de titularidade | 0,3 |
| Em até 05 dias corridos | Correção de fatura(s) sob contestação | 0,3 |

Tabela 7: Indicador de Disponibilidade 3

| Indicador 3: Execução dos serviços dentro do prazo | |
|---|-------------------------------|
| Meta: Cumprimento dos serviços, a contar da solicitação da APPA | |
| Ocorrência | Pontuação pelo descumprimento |
| Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências (por chamada não atendida) | 0,3 |
| Cobrança de serviços não prestados (por evento) | 0,3 |
| Cobrança feita fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente | 0,3 |
| Cobrança de valores, por serviços prestados, em desacordo com o contrato (por evento) | 0,3 |
| Não apresentar corretamente e/ou não respeitar o prazo mínimo entre a data de entrega e a data de vencimento da fatura, para entrega física da Nota Fiscal/fatura dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, incluindo detalhamento das chamadas e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório. | 1,0 |

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| | |
|---|-----|
| Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso | 0,3 |
| Deixar de informar e apresentar o preposto e seu substituto à CONTRATANTE em caráter definitivo ou temporário | 0,3 |
| Interrupção motivada da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada, ou fora das condições e prazos acordados com a CONTRATANTE | 1,0 |

3.12.4.9. Tabela de pontuação acumulada e respectivas sanções

Tabela 8: Pontuação e Sanções

| Pontuação acumulada | Sanção |
|---------------------|---|
| 1 ponto a 1,99 | Desconto correspondente a 0,5% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção |
| 2 a 2,99 pontos | Desconto correspondente a 1% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção |
| 3 a 3,99 pontos | Desconto correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção |
| 4 a 4,99 pontos | Desconto correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção |
| 5 a 5,99 pontos | Desconto correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção |
| 6 a 6,99 pontos | Desconto correspondente a 8% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção |
| 7 ou mais | Desconto correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção |

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4. CUSTOS

4.1. O preço máximo estimado para a contratação é sigiloso conforme Art. 34 da Lei Federal nº 13.303/2016.

4.2. Os preços ofertados devem incluir materiais fornecidos, mão de obra, encargos sociais, encargos fiscais, ferramentas, equipamentos, transporte, administração, lucros e quaisquer outras despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, sendo considerados como completos e suficientes para o cumprimento do contrato.

4.3. A PROPONENTE deverá levar em consideração na elaboração de sua proposta as condições de periculosidade e insalubridade conforme as condições ambientais de cada local de trabalho, em atendimento as NR do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.4. Para a Proposta deverá ser usada a tabela abaixo:

Tabela 9 - Pesquisa de Preço

| SERVIÇOS | QTDE | VALOR MÁXIMO UNITÁRIO | VALOR MÁXIMO MENSAL | VALOR MÁXIMO 24 MESES |
|---|------|-----------------------------|------------------------|--------------------------|
| Assinatura | 95 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Ferramenta de gestão | 95 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Assinatura Serviço Intra-grupo | 95 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Ligações VC1 p/ fixo | 500 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Ligações VC1 p/ móvel mesma operadora | 500 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Ligações VC1 p/ móvel outras operadoras | 500 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Ligações VC2 p/ fixo | 100 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Ligações VC2 p/ móvel mesma operadora | 100 | R\$ - | R\$ - | R\$ |

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| | | | | |
|--|-----|-------|-------|-----|
| Ligações VC2 p/ móvel outras operadoras | 100 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Ligações VC3 p/ fixo | 100 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Ligações VC3 p/ móvel mesma operadora | 100 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Ligações VC3 p/ móvel outras operadoras | 100 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Serviço de SMS | 95 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Serviço internet móvel via smartphones 10 GB | 95 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| Serviço internet móvel via smartphones 6GB | 95 | R\$ - | R\$ - | R\$ |
| VALOR MÁXIMO GLOBAL MENSAL | | | R\$ - | R\$ |

4.5. A proposta será avaliada conforme a metodologia:

4.5.1. O VALOR GLOBAL da proposta apresentada corresponderá ao somatório do TOTAL MENSAL dos serviços.

4.5.2. Declarar como vencedora a proposta da LICITANTE habilitada, apresentadas de acordo com as especificações e exigências do edital, julgada como a de MENOR VALOR GLOBAL.

4.6. O preço máximo admitido para o certame será definido pela média das cotações realizadas pela APPA, para o objeto do presente Termo de Referência, contemplando a somatória do valor total para 24 (vinte e quatro) meses de cada item (serviço).

5. PESQUISA DE PREÇOS

5.1. Para a formação dos preços máximos, foi adotada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no capítulo 3 do Regulamento de Licitações e Contratos da Portos do Paraná.

5.2. A pesquisa de Preços foi realizada através de pesquisa junto a fornecedores, bancos de preços do sistema GMS, preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas e tabelas oficiais.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6. PARCELAMENTO DO OBJETO

- 6.1. Devido às características da solução proposta, é inviável a divisão da solução em contratos distintos. É imprescindível que o mesmo fornecedor atenda a todos os requisitos desejados. O parcelamento do objeto não é técnica e administrativamente viável, além de representar possível perda de economia de escala.

7. SUSTENTABILIDADE

- 7.1. Que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.
- 7.2. Deverão ser utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
- 7.3. Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.
- 7.4. Que respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.
- 7.5. Apresentar declaração de atendimento à política ambiental de licitação sustentável, nos termos do Art. 4º da Lei Estadual nº 20.132/2020, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.
- 7.6. Nos termos do Art. 5º da Lei Estadual nº 20.132/2020, compreende-se como Logística Reversa os procedimentos que visam a coleta e restituição de resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento em ciclos produtivos ou destinação final ambientalmente adequada. Outrossim, é responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a destinação final ambientalmente adequada dos produtos, embalagens e serviços, bem como implementação e operacionalização do Sistema de Logística reversa, independente de acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o Poder Público e o setor empresarial.
- 7.7. Deverá providenciar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela APPA, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto Estadual nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009.

- 7.8. Deverá realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. O atestado do treinamento, bem como a lista de presença deverá ser anexada aos documentos obrigatórios para pagamento das faturas mensais, na terceira medição. Em caso de substituição de funcionários do quadro que atende à APPA, o treinamento deverá ser realizado com os novos empregados.

8. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 8.1. O tratamento preferencial é diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte será o previsto na Seção I, Capítulo V, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no que couber ou conforme este Termos de Referência e Edital do certame.

9. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

- 9.1. Os bens e serviços dessa licitação são classificados como comuns, pois, possuem especificações usuais de mercado e padrões de desempenho e qualidade definidas em edital.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Cumprir todas as obrigações constantes na forma da lei, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 10.2. Iniciar a execução dos serviços em até 20 (vinte) dias corridos após a emissão da ordem de início/fornecimento a ser expedida após a assinatura do contrato.
- 10.3. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 10.4. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, prestando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem a execução dos mesmos.
- 10.5. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas, resoluções e legislação.
- 10.6. Prover cobertura, de modo que se possa realizar chamadas e transmissão de dados com boa qualidade de serviço.
- 10.7. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, inclusive aos preços praticados no contrato.
- 10.8. Indicar na assinatura do contrato preposto idôneo, com poderes de decisão para representar a Contratada, autorizado a resolver possíveis irregularidades identificadas e prestar informações solicitadas.
- 10.9. O preposto deverá ser indicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato. Nos casos de substituição e/ou afastamento definitivo ou temporário do Preposto pela Contratada, mesmo que em razão de férias ou outras ausências, a Contratante deverá ser mantida informada do nome, telefone e endereço de e-mail do preposto.
- 10.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante em até 2 (dois) dias úteis, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a Contratada.
- 10.11. Reconhecer o Gestor/Fiscal do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pelo Contratante, para realizar as solicitações relativas a esta contratação, tais como manutenção, configuração, entre outros.
- 10.12. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 10.13. Não fazer uso das informações prestadas pelo Contratante que não seja em absoluto cumprimento ao contrato em questão.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 10.14. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversas realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- 10.15. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da Contratada ensejará em responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.
- 10.16. Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação.
- 10.17. Reparar, corrigir, remover, substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente termo de referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 10.18. Informar a necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de 5 dias úteis, ao Contratante por ofício ou por e-mail, como, também, quaisquer anormalidades de caráter urgente com os devidos esclarecimentos julgados necessários.
- 10.19. Oferecer o serviço de “Roaming” nacional automático nas tecnologias previstas, sem a necessidade de habilitação de outro equipamento.
- 10.20. Declarar possuir o sistema de “Roaming” internacional e cobrar as despesas com tais serviços em moeda nacional, real (R\$), nas faturas vinculadas ao respectivo número da linha.
- 10.21. Disponibilizar Central de Atendimento para registro das reclamações sobre o funcionamento dos serviços contratados, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.
- 10.22. A Contratada deverá fornecer para cada chamado efetuado, um número de registro/protocolo para acompanhamento, em conformidade com as normas e legislações vigentes.
- 10.23. Após cada atendimento técnico, após abertura por parte da Contratada e ou Contratante, a Contratada deverá registrar um relatório técnico referente ao(s) atendimento(s), contendo a descrição do(s) atendimento(s), o(s) número(s) do(s) chamado(s), a(s) data(s) do(s) atendimento(s), a identificação do (s) técnico (s) da Contratada, assim, podendo permitir a

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

aceitação do responsável do Contratante para os serviços prestados. O relatório deverá ficar disponível para emissão/impressão e acesso ao Contratante.

- 10.24. A Contratada deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato, mediante solicitação da Contratante, devendo serem atendidas num prazo de até 24h (vinte e quatro) horas a partir do recebimento da solicitação, conforme Acordo de Nível de Serviço, salvo situações que exijam maior prazo para manutenção por parte da Contratada, que apresentará justificativa pertinente.
- 10.25. A Contratada poderá disponibilizar sob os cuidados da Contratante, chips de backup visando o cumprimento dos prazos descritos no Acordo de Nível de Serviço.
- 10.26. Todas e quaisquer informações produzidas em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato são sigilosas e de propriedade exclusiva da Contratante, ficando a Contratada proibida de repassar informações a terceiros, sem a devida autorização do Contratante.
- 10.27. Garantir sigilo e inviolabilidade dos dados e conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, no mínimo dentro de sua rede de telecomunicações, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.
- 10.28. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.
- 10.29. Responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da APPA, inclusive com sua substituição.
- 10.30. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, conforme art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 10.31. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.
- 10.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 10.33. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da licitação, sem prévia anuência da APPA.
- 10.34. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17-27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), ficando a APPA autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor dos danos sofridos.
- 10.35. Ser responsável em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto da contratação, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, benefício (vale refeição, vale transporte, etc.), seguros e assistência médica quando estabelecida em Convenção Coletiva do Trabalho e outras hipóteses que porventura sejam exigidas.
- 10.36. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto do Edital, e seus anexos, por intermédio da equipe de fiscalização designada.
- 11.2. A CONTRATADA é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes relativos ao objeto proposto.
- 11.3. Informar e estabelecer, em comum acordo com a CONTRATADA, os dias e horários para realização dos serviços.
- 11.4. Proporcionar os meios para a boa execução dos serviços objeto do Edital.
- 11.5. Atestar as Notas Fiscais ou Faturas relativas aos serviços objeto do Edital.
- 11.6. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.
- 11.7. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários.
- 11.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 11.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 11.10. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.
- 11.11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto ou execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 11.12. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal ou Fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber.
- 11.13. A APPA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução dos serviços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.14. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA para a execução dos serviços, desde que devidamente credenciados, identificados e com os respectivos EPI's, quando necessários.
- 11.15. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa entregar os equipamentos nos locais indicados pela Administração.
- 11.16. Executar fielmente o objeto proposto pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas.

12. VISITA TÉCNICA

- 12.1. Fica facultada à PROPONENTE a realização de visita técnica a fim de vistoriar as instalações existentes de modo a lhes propiciar todos os elementos necessários à formulação da proposta. Após a visita, a APPA emitirá à PROPONENTE o Atestado de Visita Técnica.
- 12.2. A Visita Técnica tem por finalidade:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Conhecimento das condições locais onde será prestado o serviço, para efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias para a correta elaboração de sua proposta, bem como para solicitação de outros esclarecimentos afetos à visita que se julgarem necessários.
- Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento das condições locais pertinentes à execução do objeto, não serão argumentos válidos para reclamações futuras, nem desobrigam execução do serviço. Todas as ocorrências pertinentes ao escopo dos serviços, a partir da assinatura do contrato, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

12.3. Para o agendamento da visita técnica, a PROPONENTE deverá enviar pedido formal com, no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para o e-mail tecnologia@appa.pr.gov.br com cópia para contratos.gtec@appa.pr.gov.br. O agendamento será feito de acordo com disponibilidade da APPA. Não serão permitidas visitas sem o agendamento pelo e-mail.

12.4. As visitas técnicas poderão ser realizadas a partir da data de publicação até 48 horas antes do início da sessão de abertura da Licitação.

12.5. Poderão participar da visita, no máximo, 03 (três) profissionais devidamente identificados como parte do corpo funcional da PROPONENTE. No pedido de visita técnica deverá constar as seguintes informações:

- Nome Completo;
- N° do CPF;
- Cargo dos Profissionais;
- CNPJ da Empresa.

13. FORMAS DE PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, de acordo com a natureza jurídica da CONTRATADA, devidamente atestada pela equipe de fiscalização designada, conforme disposto na Ordem de Serviço nº 054/2020-APPA/EP, observando ainda os seguintes procedimentos:

13.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá obrigatoriamente acompanhar as comprovações de regularidade fiscal, constatada através de consulta “online” ao Sistema de Gestão Materiais e Serviços – GMS/SEAP/DEAM, através do módulo de Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, nominalmente Certificado de Regularidade de Situação Fiscal (CRF), e pela apresentação das certidões negativas de débitos fiscais e previdenciários da

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista-CNDT, sob pena de suspensão de pagamento, rescisão do contrato e/ou multa, conforme Ordem de Serviço nº 054/2020APPA/EP.

- 13.1.2. A Nota Fiscal deverá ser enviada sempre entre os dias 01 e 10 (incluindo estes) do mês seguinte à execução dos serviços.
- 13.2. A fatura contendo todos os itens contratados deverá ser disponibilizada à CONTRATANTE em meio eletrônico. Após conferência dos valores e execução dos serviços discriminados, a CONTRATANTE formalizará o aceite da fatura para a Proponente contratada, liberando o envio do documento de cobrança, que deverá ser por meio eletrônico.
- 13.3. Além de disponibilizada em meio eletrônico, a nota fiscal deverá ser enviada para o seguinte endereço de e-mail: contratos.gtec@appa.pr.gov.br
- 13.4. A contratada deverá apresentar mensalmente e de forma gratuita, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, detalhamento dos serviços prestados de voz, em arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel ou OpenOffice Calc ou, sob demanda, em arquivo de texto no formato TXT, incluindo detalhes das chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros) e valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório.
- 13.5. A fatura de prestação deverá discriminar a designação/identificação dos itens contratados, velocidade, tipo de serviço e demais características.
- 13.6. As faturas devem apresentar o detalhamento das chamadas por ramal ou linha, com quebra de página, ou seja, o início do detalhamento de um novo ramal ou linha deve ser feito sempre em uma nova página.
- 13.7. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas as irregularidades eventualmente constatadas na Nota Fiscal ou Fatura, na prestação dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.
- 13.8. Nenhum pagamento será efetuado ou liberado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.
- 13.9. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 13.10. O preço proposto deve englobar os valores relativos a impostos, fretes, seguros, salários, encargos, transportes, ferramentas e demais despesas necessárias ao fornecimento completo do objeto.
- 13.11. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Fatura devidamente corrigida.
- 13.12. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Fatura, os fatos serão informados à CONTRATADA para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Apresentação de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico- Operacional, em nome da proponente, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP - Serviço Móvel Pessoal), através da tecnologia 3G/4G, em regime de comodato, oferecendo o serviço de ligações, pacote de dados para acesso à internet, bem como ferramenta de gestão para, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) acessos móveis, durante o período de, no mínimo, 12 (doze) meses;

14.1.1. Cada atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- O contratante e seu endereço;
- Discriminação do serviço prestado;
- Volume ou quantidade de serviços realizados;
- Período de realização dos serviços;
- Manifestação expressa do Contratante de que a Proponente “atende/eu satisfatoriamente ao contrato” ou manifestação do grau de satisfação do cliente (ex.: bom, ótimo, excelente), em relação aos serviços prestados.

14.2. Será aceito o somatório de atestados, não havendo obrigatoriedade de os mesmos serem ininterruptos, além de terem sido expedidos após a conclusão dos contratos ou decorrido, pelo menos, 06 (seis) meses do início de sua execução;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

14.3. Caso as informações não estejam explícitas no atestado, isso não será motivo de inabilitação. Poderá o pregoeiro realizar diligência para validar o(s) atestado(s) apresentado(s), se assim julgar pertinente;

14.4. Conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com os declarantes;

14.5. Caso a área técnica entenda necessário, a licitante, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência;

14.6. Para a participação, a licitante deverá apresentar ainda os seguintes documentos, obrigatórios, sob pena de inabilitação:

14.6.1. A licitante deverá comprovar a concessão e/ou autorização emitida pela ANATEL que legitime autorização para exploração do serviço licitado, outorgada pelo poder concedente nos termos da legislação em vigor;

14.6.2. Comprovar que possui a cobertura, através de listagem homologada de registro na ANATEL;

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

16. PARTICIPAÇÃO SOB REGIME DE CONSÓRCIO

16.1. No caso da contratação de serviços de telefonia não há complexidade ou vultuosidade grandes o suficiente para justificar a permissão de participação de empresas em consórcio.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, avaliadas as circunstâncias em que a alteração subjetiva ocorreu e desde que comprovado o atendimento das condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da licitação e demais aditivos contratuais.

17.2. A alteração subjetiva deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

18. PRAZOS

18.1. Após a assinatura do contrato e confirmação do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviços emitida pela APPA, os seguintes prazos deverão ser atendidos:

18.2. A primeira habilitação das linhas telefônicas e entrega dos aparelhos smartphones tipo 1,2 e 3, deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**.

18.3. A entrega dos tablets deverá ocorrer no prazo máximo de **60 (sessenta) dias úteis**.

18.4. O contrato de execução dos serviços tem prazo de **24 meses** podendo, no interesse da APPA, ser prorrogado, por iguais e sucessíveis períodos, até o limite estabelecido na Lei 13.303/2016.

18.5. Justifica-se o prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses tendo em vista que:

18.5.1. O serviço de telefonia móvel possui natureza continuada, essencial para a manutenção das atividades administrativas e operacionais desta Administração;

18.5.2. O prazo de 24 meses permite a amortização dos custos relativos ao fornecimento dos equipamentos em regime de comodato (aparelhos celulares, tablets e simcards), resultando em propostas comerciais mais vantajosas para a Administração;

18.5.3. A contratação por período mais extenso possibilita a negociação de tarifas e pacotes mais econômicos junto às operadoras, considerando o compromisso de longo prazo;

18.5.4. Já adotamos esta prática no contrato atual (contrato 122/2020-APPA) que demonstrou ser eficiente e adequada às necessidades da instituição;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

18.5.5. O prazo proposto está em consonância com as práticas de mercado e com contratos similares firmados por outras estatais;

18.5.6. A vigência de 24 meses proporciona maior eficiência administrativa, reduzindo custos processuais com novas licitações e permitindo melhor planejamento orçamentário e operacional;

19. GARANTIA CONTRATUAL.

19.1. Será dispensada a exigência de Garantia Contratual devido:

19.1.1. O serviço é continuado e padronizado;

19.1.2. Há rígida regulamentação no setor. A ANATEL já estabelece regras rígidas de prestação de serviço;

19.1.3. Existem mecanismos de compensação por falhas definidos em regulamento da ANATEL;

19.1.4. Em caso de falhas ou atrasos nos serviços, caberá a aplicação de descontos com base no ANS (Acordo de Níveis de Serviço)

19.1.5. Caso haja descumprimento na prestação dos serviços, caberá a aplicação de sanções definidas em contrato.

20. REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO

20.1. O regime de execução adotado para os serviços descritos neste Termo de Referência é o de empreitada por preço unitário, sendo o critério de julgamento das propostas o de MENOR PREÇO GLOBAL.

21. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As propostas deverão atender aos requisitos exigidos neste Termo de Referência;

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.pr.gov.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

21.2.O critério de seleção será o de menor preço global, em consonância com lei 13.303/2016.

22. CONTROLE DA EXECUÇÃO

22.1.A execução do contrato será acompanhada, controlada e fiscalizada pela equipe designada em Ordem de Serviço emitida pela APPA, devendo a CONTRATADA prestar todas as informações que forem solicitadas e que se relacionem com o objeto do contrato.

22.2.A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não haverá corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes.

22.3.A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, por meio de órgão competente, reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que estiverem em desacordo com as especificações técnicas e as constantes no Edital e seus anexos.

22.4.Em situações especiais e devidamente justificadas, serão admitidas alterações quantitativas desde que não superem os limites quantitativos ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da quantidade licitada.

22.5.Nos termos do art. 26 do Decreto nº 4.993/2016, após a execução do contrato, a APPA receberá o objeto:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços prestados com a especificação do Termo de Referência. Será emitido o documento TRP – Termo de Recebimento Provisório pela equipe de fiscalização do contrato.

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e serviços e consequente aceitação. Será emitido o documento TRD – Termo de Recebimento Definitivo pela APPA.

23. MATRIZ DE RISCOS

23.1.A Matriz de Riscos é utilizada para priorizar as ações e tipo de abordagem em relação aos riscos.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

23.2. É uma ferramenta visual que classifica, qualitativamente, os pesos dos impactos e probabilidades, possibilitando visualizar rapidamente quais são os riscos que devem receber maior atenção.

23.3. Para o objeto do presente certame, foram avaliados somente os eventos que, se ocorrerem, terão um efeito negativo sobre o projeto.

23.4. Na Matriz de Risco, foram elencados os principais riscos a serem mitigados, porém é importante destacar que os riscos elencados não esgotam todas as possibilidades de riscos existentes para a execução do projeto.

23.5. A Matriz de Risco desenvolvida para atendimento a este processo foi baseada no guia “Matriz de Riscos - Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão” do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, versão 1.1 - Junho/2017, disponibilizado em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/controle-interno/matriz-de-riscos>

23.6. Eixo Y – Impacto

23.6.1. Com a finalidade de reduzir a subjetividade nos julgamentos utilizados para atribuir peso para a perspectiva impacto, além dos aspectos estratégico-operacional e econômico-financeiro, foram estabelecidas definições para os pesos de 1 a 5 (1-Insignificante; 2-Pequeno; 3-Moderado; 4-Grande; 5-Catastrófico).

23.7. Eixo X – Probabilidade

23.7.1. Nesta perspectiva, estão sendo considerados os seguintes pesos para a frequência observada/esperada do evento, considerando as definições a seguir:

- Peso 5: Muita Alta - o evento é esperado na maioria das circunstâncias
- Peso 4: Alta - o evento provavelmente ocorre na maioria das circunstâncias
- Peso 3: Possível - o evento deve ocorrer em algum momento
- Peso 2: Baixa - o evento pode ocorrer em algum momento
- Peso 1: Muito baixa - o evento pode ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais.

Tabela 8: Probabilidades e Pesos

| Probabilidade | | |
|---------------|------------|----------------------|
| Escala | Frequência | Descritivo da Escala |

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| | Observada/Esperada | |
|-----------------|--------------------|---|
| 5 (Muito Alta) | 90% ou maior | Evento ocorre na maioria das circunstâncias |
| 4 (Alta) | De 50% e 89% | Evento provavelmente ocorra na maioria das circunstâncias |
| 3 (Possível) | De 30% a 49% | Evento deve ocorrer em algum momento |
| 2 (Baixa) | De 10% a 29% | Evento pode ocorrer em algum momento |
| 1 (Muito Baixa) | Menor que 10% | Evento pode ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais |

Tabela 9: Matriz de Riscos

| Item | Descrição | Probabilidade | Impacto | Probabilidade x Impacto | Nível do Risco | Ação de Controle | Responsável |
|------|---|---------------|---------|-------------------------|----------------|---|-------------|
| 1 | Vazamento de dados sensíveis | 3 | 5 | 15 | Alto | - Manter dispositivos modernos, com sistemas atualizados e fazer gestão contínua dos aplicativos permitidos. - Fazer higienização digital nos aparelhos antes da devolução. - Exigir higienização digital ou descarte adequado para dispositivos com defeito. | Ambas |
| 2 | Atrasos na ativação de serviços ou entrega de aparelhos e chips | 3 | 4 | 12 | Alto | - Definir prazos razoáveis em contrato. - Os prazos poderão ser estendidos, desde que devidamente justificados pela fiscalização. | Contratada |
| 3 | Falhas na conexão, quedas de sinal ou lentidão na internet. | 2 | 4 | 8 | Moderado | Cobrar plano de ação da Contratada para melhoria dos serviços nas áreas de interesse da APPA. | Ambas |
| 4 | Desempenho insatisfatório dos dispositivos | 2 | 3 | 6 | Moderado | Atualizar dimensionamento das especificações técnicas para próxima renovação/contrato. | Contratante |
| 5 | Impacto ambiental | 3 | 3 | 6 | Moderado | - Implantar plano de descarte e reciclagem | Ambas |

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE- DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

GTEC – GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

| | | | | | | | |
|----|---------------------------------|---|---|---|----------|---|--------------------------|
| 6 | Falhas na cobertura | 3 | 3 | 6 | Moderado | - Exigir da Contratada a apresentação de mapa de cobertura atualizado abrangendo as áreas de interesse da Contratante. - Solicitar instalação de reforçadores de sinal em áreas problemáticas. | Contratante / Contratada |
| 7 | Perda ou roubo dos dispositivos | 2 | 3 | 6 | Moderado | - A contratada será responsável pelos dispositivos até a entrega, e após devolução, inclusive durante o transporte; - A contratante será responsável pelos dispositivos enquanto em sua posse. | Ambas |
| 8 | Danos por mal uso | 2 | 3 | 6 | Moderado | - A contratante será responsável por danos de mal uso dos dispositivos. | Contratante |
| 9 | Defeitos de funcionamento | 2 | 3 | 6 | Moderado | - A contratada será responsável por defeitos durante todo o período. | Contratada |
| 10 | Falha no suporte técnico | 2 | 2 | 4 | Baixo | - Tempo de não atendimento do suporte será somado ao tempo de SLA | Contratada |
| 11 | Conformidade com a LGPD | 2 | 2 | 4 | Baixo | - Cumprir as cláusulas contratuais de LGPD. | Contratada |

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1.As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com a previsão da Lei Federal nº 13.303 de 2016 e o regulamento interno de licitações e contrato da APPA.